



Projecto-Resolução n.º 105/XV/1ª

Pela manutenção do Jardim da Tapada das Necessidades

Exposição de motivos

A Tapada das Necessidades é um jardim com uma área de cerca de 10 hectares, com características únicas, numa cidade cada vez mais tomada pela construção e numa época em que as consciências começam a despertar para a necessidade da manutenção de espaços verdes.

A Tapada das Necessidades é indissociável do conjunto monumental das Necessidades: Jardim, Tapada, Palácio, Obelisco, Capela e Convento. Classificada de Interesse Público desde 1983, está inscrita no Plano Director Municipal (PDM) como “Quinta e Jardim Histórico” e é propriedade do Estado Português.

Em 2008, foi assinado pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), um protocolo de cedência sobre a “gestão, reabilitação, manutenção e utilização da Tapada das Necessidades”, manutenção essa que tem sido negligenciada até aos dias de hoje.

No ano de 2019, a Câmara Municipal de Lisboa aprovou a concessão destes terrenos a privados, fazendo parte do Caderno de Encargos a demolição de parte do edificado e a construção de novos edifícios, contra a vontade da sociedade civil que se uniu e demonstrou o seu descontentamento e preocupação, através de uma Petição¹ intitulada: “Em defesa da Tapada das necessidades”, dirigida à Câmara Municipal de

¹ <https://peticaopublica.com/?pi=tapadanecessidades>



Lisboa e à Assembleia da República, e que actualmente conta já com mais de 12 000 assinaturas.

Nessa mesma Petição Pública, é dito - e bem - que: “tal programa, a concretizar-se, será não só o desvirtuar da Tapada das Necessidades enquanto espaço singular e intocável da cidade, como o abdicar por parte da CML das suas responsabilidades enquanto zeladora do espaço desde 2008, e uma vez a existência das receitas extraordinárias acima referidas que já podiam ter sido aplicadas na recuperação integral de todos os edifícios, fontes, lagos e património arbóreo da Tapada, com vista à boa prossecução do interesse e fruição públicos”

Importa dizer que está prevista, segundo afirmam os peticionários, a alocação de algumas verbas extraordinárias do Casino de Lisboa e de taxas turísticas com as quais a CML deverá garantir a manutenção da Tapada.

Da referida manutenção, e tendo em conta os últimos cerca de 13 anos, apenas foram feitas pequenas obras, nomeadamente no melhoramento do sistema de rega. Importa, finalmente, valorizar a Tapadas das Necessidades, preservá-la e deixar os Lisboaetas efectivamente usufruírem deste espaço histórico.

Assim, ao abrigo das disposições procedimentais e regimentais aplicáveis, os Deputados do CHEGA, recomendam ao governo que:

- Proceda à revogação do protocolo de cedência sobre a “gestão, reabilitação, manutenção e utilização da Tapada das Necessidades” aprovado pela CML e pelo Ministério da Agricultura, e desenvolva um programa de recuperação integral da Tapada, recorrendo a áreas de conhecimento da recuperação de jardins e edifícios patrimoniais e culturais, valorizando a sua dimensão histórica inerente.

Assembleia da República, 14 de Junho de 2022.



Os Deputados do Grupo Parlamentar do CHEGA,

André Ventura - Bruno Nunes - Diogo Pacheco de Amorim - Filipe Melo - Gabriel Mithá
Ribeiro - Jorge Galveias - Pedro Frazão - Pedro Pessanha - Pedro Pinto - Rita Matias - Rui
Afonso - Rui Paulo Sousa